



Um artigo da proposta aprovada ontem pelo plenário determina a ampliação em 50% nos prazos dos consórcios dos veículos movidos por combustíveis renováveis

## Senado aprova uso de álcool na frota oficial

*Dentro de cinco anos, segundo projeto que vai à sanção presidencial, somente combustíveis renováveis poderão ser utilizados pelos carros oficiais. A regra também se aplicará à aquisição de táxis com incentivo fiscal*



A comissão decidiu convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar como pretende reduzir o déficit público

### CAE discutirá crise econômica

Preocupado com o aumento das falências e concordatas, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Pedro Piva (PSDB-SP), anunciou que irá marcar reunião para discutir "a grave situação do

país". A CAE também decidiu convocar o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central e o secretário da Receita Federal para esclarecerem como o governo pretende reduzir o déficit público. **Página 5**

Os carros oficiais deverão ser movidos a combustíveis renováveis – como o álcool – dentro de cinco anos. É o que prevê projeto aprovado ontem pelo plenário e enviado à sanção presidencial. A isenção de impostos na compra de táxis, de acordo com a proposta, também deverá seguir as novas regras. A obrigatoriedade não se aplica aos portadores de deficiências físicas. "O projeto ajudará a reativação do Proálcool", previu o senador Ramez Tebet, relator da proposta. **Página 3**

### Comissão aceita nomes para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou indicações feitas pelo governo. **Página 4**

## Agenda

## PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe o almirante Mauro César Rodrigues Pereira, ministro da Marinha

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC 32/96, que dispõe sobre serviço civil obrigatório; segundo dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, promover uma verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial, composta de cinco membros, para, no prazo de trinta dias, inspecionar in loco a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho, nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar plano de medidas para as áreas atingidas pela seca no Nordeste; "Mensagem nº 121/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Stélio Marcos Amariante para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Bolívia; "Mensagem nº 128/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Senegal; e "Mensagem nº 131/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Joaquim Augusto Whittaker Salles para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Quênia

## COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1ª parte: "Mensagem nº 148/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; e "Mensagem nº 156/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/96, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou direto na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 131/96, que dispõe sobre a língua portuguesa de sinais; "PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; "PLS nº 301/95, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais dos técnicos agrícolas e industriais; "PLS nº 34/97, que regulamenta a venda e a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos; e PLS nº 58/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fluoretação de sal (cloreto de sódio). Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação conjunta com a Comissão de

Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados  
Cerimônia de abertura do IV Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul - Parcum. Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; "PLS nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental; "PLS nº 110/95, que cria, nas entidades de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; "PLS nº 306/95, que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país; e "PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

## ESPECIAL

9h - As Relações Públicas recebem grupo de crianças que vai atuar como gandula junto à seleção brasileira na Copa. Salão Negro

Cultura ao Meio-Dia

Filme: O Velho, de Toni Venturi. Auditório Patrônio Portella

## PREVISÃO DE TRABALHOS

## PLENÁRIO

Quinta-feira (28.5.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o Brasil e o governo da República Popular de Angola; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo; "PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; "Requerimento nº 276/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando que o Projeto de Resolução nº 181/97, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno; e "Requerimento nº 287/98, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7 e 8, de 1998, com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, por versarem sobre idade de imputabilidade penal

Sexta-feira (29.5.98)

9h - Sessão não deliberativa

## COMISSÃO

Quinta-feira (28.5.98)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; relatório ao "PL nº 10/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões, em favor da Justiça Federal; relatório à "Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98, do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Eletronorte, a construção da Usina Hidrelétrica Manso; relatório apresentado à "Mensagem nº 138, que submete à deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.598 (Lei Orçamentária do exercício de 1998); e "Requerimento do deputado João Fassarela, solicitando esclarecimentos acerca dos gastos em desacordo com a Constituição federal promovidos por diferentes órgãos do Poder Executivo. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

# Plenário pode votar hoje emenda do serviço civil

O plenário discute hoje, pelo terceiro e último dia, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o serviço civil obrigatório para jovens isentos ou dispensados do serviço militar. A emenda poderá ser votada ao final da discussão.

Aprovado em primeiro turno no último dia 13, o projeto prevê que também mulheres e religiosos poderão ser convocados para o serviço civil, mas o assunto deverá ainda ser regulamentado em lei.

Também será feita hoje a última discussão, em segundo turno, da emenda do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros, previstos na

Constituição. A proposta igualmente pode ser votada logo após a discussão.

O plenário deve votar ainda hoje o projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que concede anistia aos sindicatos que receberam multas diárias de R\$ 100 mil durante a greve dos petroleiros de abril e maio de 1995. Os senadores decidirão também, na mesma sessão, sobre três requerimentos que criam comissões para acompanhar as ações do governo de ajuda às famílias afetadas pela seca do Nordeste. Os requerimentos foram apresentados pelos senadores Djalma Falcão (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

# CCJ aprecia indicação de nomes para o TST

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar hoje a indicação, feita pelo presidente da República, dos juizes Carlos Alberto Reis de Paula e Gelson de Azevedo para o Tribunal Superior do Trabalho.

Com uma pauta de mais de 50 itens, a CCJ deve votar também proposta de emenda à Constituição, do senador Júlio Campos (PFL-MT), que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capital estrangeiro na assistência à saúde do país.

# Parlamento Cultural do Mercosul tem encontro

As comissões de Educação do Senado e da Câmara promovem hoje e amanhã, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, o IV Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul, reunindo os membros das comissões de Cultura dos Parlaentos dos países do Mercado Comum do Cone Sul. Um dos objetivos do encontro é a compilação da legislação cultural dos países-membros e a cria-

ção de um Fundo de Financiamento à Cultura no Mercosul.

À tarde, a Comissão de Educação do Senado reúne-se para apreciar projeto que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público. Analisa, também, proposta que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo e outra que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação.

## JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Bessa apóia o serviço civil

## Proposta gera ocupação para jovens, afirma Djalma Bessa

"A proposição disciplina a relação jurídica entre as Forças Armadas e o cidadão", afirmou ontem o senador Djalma Bessa (PFL-BA), ao referir-se à proposta de emenda constitucional apresentada pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, para criar o serviço civil obrigatório. Em sua opinião, a iniciativa vai gerar empregos e ocupar os jovens.

Conforme Djalma Bessa, hoje a relação jurídica entre as Forças Armadas e o cidadão está desajustada porque, por razões religiosas, filosóficas ou políticas, muitos se recusam a prestar serviço militar, alegando imperativos de consciência. Em sua análise, a proposta do serviço civil obrigatório vem exatamente oferecer a solução para um sistema que precisa modernizar-se.

Ele explicou que o recrutamento para o serviço civil será amplo, atendendo, convenientemente, a várias atividades humanas, como religião, educação, saúde, segurança, meio ambiente, cultura, justiça, informática e assistência social. Lembrou também que, pelo projeto, o trabalho será remunerado e não gratuito.

### MISSÃO

Segundo Djalma Bessa, essa proposta de emenda constitucional ajusta-se à missão das Forças Armadas, que não é de guerra, agressão ou hostilidade, mas exclusivamente de defesa da paz, da segurança, da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

— A adoção do serviço civil é do maior acerto, considerando-se ainda que há fundadas razões para se crer que o Brasil vive bem com o seu povo e vive bem com os países limítrofes. Portanto, está em paz interna e externamente, não se vislumbrando qualquer situação inamistosa — afirmou.

*Projeto, aprovado pelo plenário do Senado, vai agora à sanção presidencial. Senadores lembram efeitos da decisão na geração de empregos e no controle da poluição atmosférica*

# Frota oficial poderá ter carro a álcool

O plenário aprovou ontem projeto que determina a substituição, no prazo de cinco anos, de todos os carros oficiais do país por veículos movidos a combustíveis renováveis, como o álcool. Motoristas de táxi também terão de usar carro a álcool se quiserem isenção de impostos ao comprar novo veículo. O projeto será agora encaminhado à sanção.

— Este projeto ajudará na reativação do Proálcool, grande gerador de empregos — afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lembrou que as indústrias de automóveis pretendem produzir nos Estados Unidos 550 mil veículos por ano movidos exclusivamente a álcool, contribuindo para reduzir a poluição atmosférica.

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG) advertiram que as montadoras precisariam de pelo menos 18 meses para oferecer ao mercado versões a álcool



No plenário, senadores debatem a proposta antes de votar

de seus atuais veículos, como manda o projeto.

O projeto aprovado exclui os portadores de deficiências físicas da obrigatoriedade de comprar carro a álcool se quiserem redução de impostos. Um artigo da proposta determina a ampliação, em 50%, nos prazos dos consórcios de veículos movidos a com-

bustíveis renováveis. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que, além do álcool, alguns óleos vegetais podem substituir o óleo diesel nos veículos.

Osmar Dias (PSDB-PR) citou que o setor sucro-alcooleiro oferece 22% dos empregos do campo. Já Romeu Tuma (PFL-SP) disse que as usinas têm melhorado muito o tratamento

dado aos cortadores de cana. Coutinho Jorge (PSDB-PA) destacou a importância do álcool para reduzir a poluição atmosférica.

O plenário rejeitou pedido do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) para que fosse suprimido o artigo do projeto que só permite isenção de imposto para taxista que comprar carro a álcool.

## MUNICÍPIO PARLAMENTAR

# Jáder aponta avanços e elogia exigência ao STF

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) defendeu o substitutivo às propostas de emenda constitucional que disciplinam o instituto da imunidade parlamentar. Ele elogiou especialmente a exigência inserida no substitutivo para que o Supremo Tribunal Federal ouça uma defesa prévia antes de solicitar ao Legislativo licença para instaurar ação penal contra qualquer parlamentar.

Na opinião de Jáder, uma fórmula fundamental num processo judicial democrático é o exercício do contraditório, que em sua opinião é um dos pilares da sociedade democrática. Ele disse que, hoje, de forma quase burocrática, o STF recebe a denúncia e pede licença ao Legislati-



Jáder Barbalho

vo para processar um parlamentar. Também afirmou que o STF não delibera previamente sobre a procedência da denúncia, nem sobre se ela resulta de simples vindita política.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS), autor do substitutivo, disse que hoje pesa sobre o Le-

gislativo a imagem negativa de que há, entre as duas Casas, aproximadamente uma centena de processos pendentes, à espera de licença. "Na verdade, essa imagem se desfaría completamente caso esses processos fossem submetidos a uma triagem ou a uma definição preliminar", afirmou ele. O substitutivo Fogaça continuará em discussão nas próximas quatro sessões ordinárias do Senado.

# Inviolabilidade no campo civil é destacada por Suplicy

Ao analisar o substitutivo sobre imunidade parlamentar, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou como um aperfeiçoamento a proposta de estender à esfera civil a inviolabilidade de deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos. Ele citou o caso da deputada Cidinha Campos, condenada a indenização por danos morais por causa de acusações contra membros do Judiciário do Rio.

Para Suplicy, um segundo aperfeiçoamento diz respeito ao fato de a imunidade se aplicar ao parlamen-



Eduardo Suplicy

tar em efetivo exercício do mandato.

Suplicy considerou "fundamental" estar o substitutivo acabando com a imunidade formal, que tranca a priori a ação penal por parte do STF, mas fez um reparo de ordem técnica: "Como o recebimento da denúncia caracteriza o início da ação penal, será melhor dizer que o STF, recebida a denúncia, solicitará à Casa a licença para prosseguir na ação penal, automaticamente concedida depois do prazo de 120 dias", concluiu.

# Para Simon, primeiro passo para acabar com impunidade

"Essa é a primeira vez que vejo uma proposta limitando a imunidade parlamentar chegar até o plenário", disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), lembrando que, durante sua longa vida parlamentar, testemunhou a apresentação de muitos projetos visando à regulamentação do instituto, mas eles jamais prosperaram, por falta de interesse dos parlamentares.

Para Simon, o substitutivo do senador José Fogaça, ao limitar a imunidade parlamentar, representa o primeiro passo da sociedade para



Pedro Simon

acabar com a impunidade. "Corrupção e escândalos existem em todo o mundo, mas, nos países sérios, o cidadão paga pelo que fez. No Brasil, ao contrário, cristalizou-se um hábito: quem tem dinheiro ou poder não vai para a cadeia, só o pobre ladrão de galinha", destacou.

O senador gaúcho considerou "impecável" o substitutivo de Fogaça e previu uma tramitação rápida e uma aprovação por unanimidade no Senado.

Cinco integrantes do conselho, entre eles o presidente, foram sabatinados pela comissão. Plenário pode confirmar decisão na sessão de hoje. Senadores defendem mais recursos, independência e descentralização para o órgão

## CAE aprova conselheiros do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em votação secreta, parecer favorável a cinco indicações da Presidência da República para membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Antes da votação, os indicados foram submetidos a uma sabatina e seus nomes seguiram para apreciação do plenário, possivelmente hoje.

O atual presidente do Cade, Gesner Oliveira, e a conselheira Lúcia Helena Salgado e Silva foram reconduzidos para um novo mandato de dois anos. Os outros três indicados (Ruy Afonso de Santacruz Lima, Marcelo Procópio Calliari e Mércio Felsky) assumem o cargo pela primeira vez. É permitida apenas uma recondução.

Antes de passar a palavra ao presidente do Cade, o relator das indicações na CAE, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), destacou a importância que o conselho vem assumindo na ordem econômica do país. "O Cade pode orgulhar-se pela brilhante fase que atravessa", afirmou.

Os representantes do Cade distribuíram aos senadores relatórios sobre as atividades da autarquia e o presidente do conselho fez uma exposição intitulada "Cade 2000: balanço e perspectivas da defesa da concorrência no Brasil". Na introdução de sua fala, Gesner Oliveira prestou ho-

menagem a Leônidas Xausa, conselheiro do Cade falecido há uma semana.

Para Gesner, o atual cenário de abertura econômica, marcado por privatizações e a desregulamentação do mercado, aumenta a importância da atuação do Cade. "Falta a cultura da concorrência ao setor privado brasileiro", observou. Segundo Gesner, sua próxima gestão será marcada pela consolidação do trabalho já desenvolvido, pelo aumento da articulação institucional, nacional e internacional, e pela melhor definição de critérios técnicos que estabeleçam diretrizes e condições para *joint ventures*, fusões e aquisições de empresas, entre outros.

Apesar de destacar os avanços alcançados, Gesner reivindicou melhores condições de trabalho para a área de defesa da concorrência. Segundo ele, o orçamento de R\$ 2 milhões para 1998 é insuficiente. "Ou investimos nas instituições de mercado ou transformamos o Brasil em mercado de segunda categoria", defendeu o presidente do Cade.

Os senadores solidarizaram-se com a demanda por mais recursos. Kleinübing sugeriu que membros da CAE conversassem com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para que se faça uma suplementação de verbas para o Cade ainda em 1998.



Comissão cobrou do Cade ação enérgica para combater monopólios

## Senadores cobram ação firme nas privatizações

Preocupados com os rumos tomados pelas privatizações, os senadores cobraram atenção especial do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na fiscalização das operações envolvendo a compra de empresas estatais. Para eles, ao invés do monopólio estatal em setores como siderurgia, energia elétrica e petroquímica, existe o risco de se constituírem monopólios ou oligopólios privados.

Na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o programa de privatizações está sendo executado sem a necessária cautela. Ele sugeriu que o Cade seja consultado antes da desestatização de qualquer empresa. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) acrescentou que faltou a presença preventiva do órgão nas privatizações já realizadas.

O advogado Mércio Felsky, indicado para assumir uma das vagas no Cade, afirmou que estaria empenhado em fiscalizar as privatizações. "Privatizações, sim. Abertura do mercado, sim. Mas formação de monopólio privado, jamais", disse.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Cade interfira na aplicação de recursos do BNDES. Segundo levantamento realizado pelo senador, o banco,

que recebe dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), direciona seus recursos a grandes empresas e privatizações, sem contribuir para a geração de empregos. "As empresas de pequeno porte de capital nacional devem ser favorecidas", segundo a própria Constituição", concordou o presidente do Cade, Gesner Oliveira.

### PRAZOS

Os senadores cobraram que o Cade seja mais ágil em suas decisões. Suplicy citou o caso de uma empresa nacional que entrou com ação no órgão, mas a decisão só saiu seis anos depois, o que fez com que ela entrasse em estado falimentar. "O sistema de defesa da concorrência no mercado é muito complexo", afirmou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acredita que os prazos para julgamento dos processos pelo conselho são excessivos. Ele pediu que o Cade se manifestasse sobre o contrato entre a Petrobras e a OPP, do grupo Odebrecht, para a construção de um novo pólo petroquímico em São Paulo, mas, até agora, os processos ainda estão na Secretaria de Defesa Econômica (SDE), do Ministério da Justiça.

## Maior independência em relação ao ministério

Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Lúcio Alcântara defenderam a descentralização da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mediante a criação de unidades de defesa da concorrência nos diversos estados da Federação.

Lúcio Alcântara disse que não considera correto o fato de os recursos às decisões do Cade serem apresentados ao ministro da Justiça. O senador Pedro Simon também de-

fende a independência do conselho, que "não pode ficar ligado ao ministério como um órgão subalterno", afirmou.

Gesner José de Oliveira também considera impróprio o fato de os recursos serem apresentados ao Ministério da Justiça. "Somos um órgão colegiado, com mandato, sabatinado pelo Senado, e devemos ter autonomia", justificou, sugerindo que o correto seria o encaminhamento dos recursos ao Judiciário.

## Jefferson questiona uma das indicações

A indicação do advogado catarinense Mércio Felsky para uma vaga de conselheiro no Cade foi questionada pelo senador Jefferson Pérés (PSDB-AM). Para o senador, por não ter curso de pós-graduação e não haver ocupado cargos relevantes, o indicado não contaria com notável saber jurídico ou econômico para assumir o cargo, de acordo com a determinação da lei que rege o Cade. "Faço o questionamento por achar que a Comissão de Assuntos Econômicos não deve ser órgão meramente homologador", afirmou.

O senador Vilson Kleinübing, relator das indicações para o conselho, afirmou que Felsky é uma

sugestão pessoal, sua para o Cade. Kleinübing ressaltou a importância de colocar uma pessoa com experiência no setor privado (veja biografias dos indicados nesta página) junto com conselheiros com experiência acadêmica.

Jefferson Pérés

APOIOS

Os outros dois senadores catarinenses, Esperidião Amin e Casildo Maldaner (PMDB), apoiaram as colocações de seu colega de bancada. "Testemunho, baseado no seu desempenho em Santa Catarina, que não há nada que o desabone. O que é ética deve pesar, além da pós-graduação", afirmou Maldaner, referindo-se à administração de Felsky frente ao Banco do Estado de Santa Catarina quando Kleinübing era governador.

Amin comentou ser raro ver um catarinense designado para função no governo federal. Ele disse que votaria favoravelmente a Felsky porque ele sempre agiu ao lado do interesse público. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) também saiu em defesa de Felsky. "Ter prática nessa área pode ser mais importante que um doutorado", afirmou.

## QUEM SÃO OS INDICADOS

### • Gesner José Oliveira Filho

Atual presidente do Cade, é professor adjunto de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Gesner ocupou cargos nas secretarias de Política Econômica e de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, participando da formulação e implementação do Plano Real. É doutor em Economia pela Universidade de Berkeley, na Califórnia, EUA. Publicou artigos e livros sobre a defesa da concorrência.

### • Lúcia Helena Salgado e Silva

Com rica formação acadêmica, ocupa uma cadeira no Cade desde maio de 1996. É doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi inspetora regional da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, em São Paulo. Com passagem pela Secretaria Especial de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (1991), é autora de publicações e consultora na área de concorrência de mercado.

### • Ruy Afonso de Santacruz Lima

Economista, está no Ministério da Fazenda desde 1986, onde foi coordenador da área industrial das

secretarias de Política Econômica e de Acompanhamento Econômico, durante a elaboração e implantação do Plano Real. Tem doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com tese finalizada este ano na área de defesa da concorrência, análise microeconômica e organização industrial.

### • Marcelo Procópio Calliari

Já trabalha no Cade desde janeiro passado, como assessor processual responsável pela secretaria e assessoria jurídica do plenário. Com mestrado em Direito pela Universidade de Harvard, nos EUA, atualmente cursa o doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. Foi membro do Comitê contra a Pena de Morte da Anistia Internacional.

### • Mércio Felsky

Catarinense, é advogado, trabalhando como profissional liberal desde 1997. Ex-presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (1991-1994). Ocupou a gerência da empresa Hering Rasti, de brinquedos e plásticos, e foi diretor do Banco Tecnicoip.

*Situação que leva empresas à inadimplência, arrastando bancos para a quebradeira, preocupa Pedro Piva, mas Fogaça vê apenas falta de adaptação à economia sem inflação*

## Comissão quer discutir falências

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Pedro Piva (PSDB-SP), informou ontem que vai marcar reunião da comissão para discutir a "grave situação do país". O anúncio foi feito durante reunião da CAE que aprovou refinanciamento para Minas Gerais e a nova composição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Pedro Piva disse que vai convocar a CAE para que os senadores debatam a situação macroeconômica, analisando problemas que estão levando muitas empresas à concordata e à inadimplência, bem como à falência do sistema bancário.

— É dramático verificar o aumento da dívida pública e o estado de inadimplências e concordatas. Deveríamos ter uma reunião muito séria para discutir os juros extorsivos que estão le-



Ao lado de Kleinübing, Piva (D) anuncia intenção de discutir juros altos

vando o país a uma situação insustentável — disse Piva.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) discordou de Piva, afirmando que bom para o sistema financeiro era a inflação, e o país conviveu com "essa perversidade" ao lon-

go de 30 anos. O fim da inflação, acrescentou Fogaça, representou o fim dessa transferência de renda para o setor financeiro e, assim, houve "quebradeira" nos bancos.

Fogaça disse que "não dá para comparar as coisas". Segundo ele,

o que o sistema financeiro levou nesse período de inflação é quase nada perto dos recursos do Proer, o programa de socorro aos bancos patrocinado pelo governo. A reunião foi mantida por Piva, mas ainda está sem data marcada.

## Déficit leva à convocação de autoridades econômicas

A CAE aprovou ontem a convocação do ministro da Fazenda, do presidente do Banco Central e do secretário da Receita Federal para esclarecer a posição da área econômica do governo sobre as medidas monetárias e fiscais que compõem a estratégia governamental para redução do déficit público. A decisão atendeu a pedido do senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

— A julgar pelo noticiário econômico recente, o Banco Central e a Receita Federal defendem pontos de vista discrepantes quanto à matéria. Declarações atribuídas pela imprensa a fontes do Banco Central apontam a eliminação do déficit fiscal como condição para que a TBC (Taxa Básica do Banco Central) caia abaixo do patamar de 20% — disse Jefferson.

Ao mesmo tempo, observou, a imprensa também noticia que esta proposta encontra resistência por parte da Receita Federal, "temerosa de uma queda na arrecadação a curto prazo, que não seria compensada pela redução de gastos decorrentes da baixa dos juros da dívida pública".

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) propôs que a reunião não se resumisse apenas à questão do déficit público.

## Solução para Minas abre debate sobre crise dos estados

Duas solicitações do governo de Minas Gerais foram aprovadas ontem pela CAE. A pedido do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), relator dos dois ofícios, as matérias serão votadas em regime de urgência pelo plenário do Senado.

Na primeira operação, a União vai arcar com uma dívida de R\$ 11,8 bilhões. Desse valor, será deduzido R\$ 1,5 bilhão, relativos ao subsídio concedido pela União ao estado. O restante, a ser financiado, é de R\$ 10,2 bilhões, relativos à dívida mobiliária do estado (R\$ 9,7 bilhões), e também junto a bancos oficiais e privados (R\$ 500 milhões).

A CAE autorizou também, em outra votação, contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações entre a União, o estado, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A (Minascaixa), no valor total de R\$ 4,3 bilhões.

Antes da votação, os senadores debateram a grave situação de Minas Gerais, bem como de outros estados endividados. Além de inadimplente junto às instituições financeiras, Minas deverá comprometer, neste ano, 75% de sua receita com pagamento de pessoal. O senador Wilson Kleinübing disse que

uma das formas que o governo de Minas tem para reduzir seus custos é aplicar as novas regras da reforma administrativa, demitindo pessoal até que a folha de pagamentos atinja o patamar de 60% da receita do estado, como é exigido por lei.

Kleinübing acrescentou que estão sendo tomadas providências para o saneamento do sistema financeiro do estado como a privatização do Bemge, a Minascaixa está em processo de liquidação e o BDMG vai virar agência de fomento. Preocupado com o aumento do déficit público, o senador garantiu que "nenhum centavo de dinheiro novo vai para o estado nessas duas operações".

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), embora elogiando o parecer de Kleinübing, questionou se é possível o estado comprometer 13% de sua receita com pagamento de dívida. Ele não acredita no cumprimento desse acordo para saneamento das finanças do estado pelo governo de Minas. Kleinübing respondeu que essa é uma situação "apertada" para Minas Gerais, mas que não há outra forma de fazer essa operação.

— O governo de Minas tem de fazer um esforço para cumprir esse acordo. É um esforço brutal mas viável, se agir dentro da reforma administrativa — concluiu Kleinübing.

Já o senador João Rocha (PFL-

TO) pediu um basta ao que chamou de "irresponsabilidade dos governos estaduais". Ele comparou a diferença entre o que a União recebe e paga aos estados de Minas e São Paulo, totalizando R\$ 7,5 bilhões, e disse que com esses recursos daria para construir uma Ferrovia Norte-Sul ou uma Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Arlindo Porto (PTB-MG) observaram que os estados estão se esforçando para ajustar suas contas. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou as privatizações no setor bancário em Minas.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) concorda que privatizar os bancos do estado está sendo "muito doloroso para os mineiros", mas é uma decisão necessária.

O senador Lauro Campos (PT-DF), único a votar contra os dois pedidos de refinanciamento para o governo mineiro, criticou o programa de socorro aos bancos (Proer) e as altas taxas de juros, que propiciam as falências e concordatas de empresas, bem como a quebra do sistema financeiro. José Eduardo Dutra (PT-SE) ponderou que não adianta o Senado votar programas de saneamento dos estados se continuar aprovando sem rigor novos empréstimos.

## Josaphat teme mais recessão com pacote

Preocupado com as dificuldades econômicas da população, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) fez um apelo ao governo para que não edite um novo plano de ajuste fiscal. Josaphat citou as declarações do ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, que previu resultados ruins para as contas públicas em 1998. Josaphat Marinho acredita que as declarações do ministro constituam indícios da intenção do governo de editar medidas de contenção fiscal que, para ele, teriam forte efeito recessivo.

Ressaltando as consequências negativas de um possível pacote fiscal para a população, Josaphat lamentou a falta de medidas preventivas do governo para enfrentar os problemas.

— O governo não busca planos de ações com medidas preventivas. As providências são sempre circunstanciais, emergenciais, e não de longo prazo e visão larga para debelar e reduzir os males do Brasil — afirmou o senador baiano.

Em aparte, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) declarou que confia na capacidade do governo de ajustar a economia. No entanto, ressaltou a necessidade de o Senado fixar limites para o endividamento dos estados e municípios, o que teria impacto positivo sobre as contas públicas. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) acredita que o novo pacote fiscal acerte os rumos da economia, principalmente no que diz respeito aos altos juros "que castigam o setor produtivo nacional".

Já o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) afirmou que, enquanto não forem fixados limites rígidos para o endividamento da União, estados e municípios, haverá sempre a necessidade de adoção de pacotes de emergência para o controle do déficit público.



Josaphat faz apelo ao governo

*A busca de competitividade na agricultura torna obrigatória a utilização de novas tecnologias, defende o senador*

## Quintanilha propõe secretaria de irrigação

A criação de uma Secretaria Nacional de Irrigação, vinculada ao Ministério da Agricultura, foi defendida ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) como forma de incrementar a produção agrícola brasileira, prejudicada pela seca, e de aumentar a oferta de alimentos e empregos. O senador lembrou que o país vai importar mais de 2 milhões de toneladas de arroz neste ano e que o preço da saca de 60 quilos de feijão saltou de R\$ 69 para R\$ 110, devido não só à seca no Nordeste, mas também às chuvas no Sul.

— Em Itacaré, na Bahia, tradicional

região produtora de feijão, 90% da safra foi perdida por falta de chuvas. No acumulado do ano, o preço do feijão já subiu 233%. Citei esses dados apenas para mostrar que a agricultura no país apresenta deficiências na utilização de um dos seus principais instrumentos: a irrigação — ponderou.

Segundo o senador, a competitividade na agricultura não permite mais ignorar tecnologias avançadas e manter a dependência apenas das águas da chuva. Ele observou an-



Leomar Quintanilha

da que as novas fronteiras agrícolas estão localizadas nos cerrados da região Centro-Oeste e também nas regiões Norte e Nordeste, onde as chuvas são inconstantes e escassas.

— Nesse contexto, a irrigação é fundamental. Não basta aos agricultores dispor de meios tecnológicos sem uma política de irrigação consistente, cabendo ao governo fomentar e disponibilizar os recursos hídricos à atividade agrícola — afirmou Leomar Quintanilha.

## Suplicy elogia programas de financiamento popular

Os chamados "bancos do povo", que trabalham com experiências de micro-crédito e crédito popular em todo o Brasil, foram elogiados ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele criticou, porém, a destinação de apenas 2% dos créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às micro, pequenas e médias empresas.

O senador destacou a criação do Banco do Povo de Santo André (SP), criado pelo prefeito Celso Daniel, que fornece crédito para financiamento de capital de giro, para investimento fixo e para cooperativas. Os valores financiados variam de R\$ 300 a R\$ 25 mil, para pequenos e médios empresários já estabelecidos há pelo menos seis meses no município, além de cooperativas de trabalho e de produção.

Suplicy destacou que os projetos

pioneiros na área do micro-crédito foram os programas BRB Trabalho, no Distrito Federal (DF), e a experiência Porto Sol, em Porto Alegre (RS). Segundo o senador, ao todo são 23 organizações não-governamentais operando em 18 municípios brasileiros. Apenas no DF, disse, os créditos deram origem a mais de três mil novos empregos, a um custo de R\$ 4,1 milhões e baixa inadimplência.

Suplicy elogiou ainda os programas de renda mínima implantados em alguns estados brasileiros. Citou o projeto Pioneiros Mirins, em atividade no Tocantins; o programa do governo do Amazonas, restrito ainda a Manaus, de garantia de renda mínima; e o projeto aprovado por deputados estaduais de seu partido no Espírito Santo e sancionado pelo governador Victor Buainain, ainda em implantação.

## Amorim classifica saques como início de desobediência civil

Os saques realizados no Nordeste por flagelados da seca são, segundo o senador Ermandes Amorim (PPB-RO), início de um processo de desobediência civil. Amorim não acredita que o problema possa ser resolvido com a mobilização do Exército ou com retaliação aos acampamentos organizados pelo Movimento dos Sem Terra. "O que se tem ouvido são propostas para combater os miseráveis, e não para



Amorim: desemprego

combater a miséria, que não é produto de fenômenos climáticos, mas resultado da política agrícola adotada pelo governo", afirmou.

Para Amorim, o Plano Real impôs a importação de alimentos, o que condenou a agricultura brasileira, e condicionou o equilíbrio da balança de pagamento à captação de dólares a juros altos, o que provoca dificuldades para o setor produtivo.

— O resultado desta política é o

desemprego generalizado, que engrossou o MST, que hoje explode em saques no Nordeste, e amanhã estará sendo registrado com a desordem generalizada no Centro-Sul — alertou.

Amorim disse que o governo se mostra insensível às alternativas capazes de recuperar a capacidade de emprego. O senador defendeu a adoção do método de equivalência-produto, em substituição ao índice geral de preços, como indicador das dívidas do setor agrícola. Ele considera fundamental a criação de condições para que os ruralistas voltem a produzir.

## Benedita lembra a Carta Africana de 63

Ao destacar ontem que em 25 de maio comemora-se o Dia da África, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lembrou que "foi nesse dia, no ano de 1963, que 33 chefes de Estado, representantes das nações africanas, assinaram a 'Carta Africana', em Adis-Abeba, externando o desejo de se unirem em torno da



Benedita: igualdade

unidade e da libertação do continente".

Benedita da Silva disse que os princípios desse documento foram: igualdade entre os Estados; não ingerência nos assuntos internos; e respeito à soberania territorial, refletindo o desejo de livrar a África da exploração e opressão, o legado de séculos de colonização.

## Tuma defende ação do Estado para amenizar danos sociais da globalização

O novo papel do Estado é o de "amenizar os danos sociais que possam advir da globalização", segundo afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Para ele, ao mesmo tempo é preciso que o Estado promova "os avanços educacionais e tecnológicos necessários ao desenvolvimento sustentado, principalmente através do incentivo de parcerias entre os setores produtivos e as universidades para a pesquisa e projetos".

Tuma lembrou as diretrizes de seu partido, segundo as quais as dimensões do Estado precisariam ficar restritas ao mínimo necessário para que, com eficiência e agilidade, ele possa cumprir sua "missão natural, básica e inarredável" de garantir oportunidades iguais de

realização pessoal para todos, mediante o acesso à educação, à saúde e à segurança pública.

O senador afirmou que o fenômeno da globalização da economia desafia os governantes "quanto à própria capacidade de amenizar o impacto social causado pela disseminação do conceito de que o mercado global, qual uma divindade pantófica, deve ser cultuado e aplacado".

— Aceitar as regras de mercado global acima de interesses pátrios, como se fossem apátridas da sonhada eliminação de fronteiras que separam os povos há milênios, é transformar cidadania em missão

sub-reptícia — afirmou o senador. Para ele, a única regra seria a vontade dos dominadores.

Tuma afirmou que há indícios de que a dominação econômica poderá expandir-se ao máximo, graças aos novos meios de informação e à tecnologia de ponta monopolizada pelas grandes corporações multinacionais. Segundo ele, há um longo caminho a percorrer "até que a concorrência desigual entre países ricos e pobres deixe de parecer um fosso intransponível e surjam mecanismos de controle que tornem o processo de globalização menos doloroso".



Tuma pede parcerias

## CULTURA AO MEIO-DIA

1998

**O VELHO**

QUARTA - 27 de maio - 12h

RENATO BULÇÃO & TONI VENTURI  
apresentam  
A HISTÓRIA DE LUIZ CARLOS  
PRESTES

Senado Federal  
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA

ENTRADA FRANCA

Realização  
RELACIONES URBICAS

Apoio  
RIOFILME



Delegação da Rússia é recebida pelo presidente da CAE, Pedro Piva

## Russos conhecem atuação da Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento realizou ontem à tarde reunião com uma delegação da Comissão de Orçamento, Finanças, Bancos e Tributação da Duma (Congresso) da Rússia, para expor o funcionamento da proposta orçamentária brasileira e a sua apreciação no Congresso Nacional.

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) participou da reunião, que teve como expositor pelo Senado o diretor da Consultoria de Orçamento, José Rui Gonçalves. Ele destacou a importância das reformas previdenciária, administrativa e tributária para o equilíbrio das contas públicas do país.

A delegação russa ouviu explicações dos expositores da Câ-

mara dos Deputados, Eugênio Greggiani e Homero de Souza Júnior, sobre as prerrogativas do Congresso em relação às contas do Executivo e sobre a origem fiscalizadora do Parlamento. O encontro foi coordenado pelo deputado Paulo Bernardo (PT-SP), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

A missão russa foi liderada pelo presidente da Comissão de Orçamento do Parlamento, Alexandr Jukov, e pelo deputado Nikitin Vladimir, presidente da Subcomissão de Regulação Cambial e Aduaneira do Congresso daquele país. A delegação também foi recebida pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Pedro Piva.

Foram indicados ontem os relatores dos trabalhos nas categorias Geral e Estudante, com um total de inscrições considerado expressivo

## Saem no dia 16 vencedores do Prêmio Cruz e Sousa

O Conselho do Prêmio Cruz e Sousa divulgará no dia 16 de junho os nomes dos vencedores do concurso de monografias, nas categorias Estudante e Geral, promovido pelo Congresso Nacional, alusivo ao centenário de morte do poeta catarinense. A informação foi dada ontem pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), presidente do conselho, durante reunião com seus integrantes. Ele anunciou que, dos 65 trabalhos enviados – número que considerou expressivo –, apenas oito foram desclassificados, por não trazerem o pseudônimo dos seus autores.

De acordo com o senador Espiridiano Amin (PPB-SC), que juntamente com Abdias é autor do projeto da homenagem, o objetivo do Senado é estimular o debate sobre o tema "A importância da vida e da obra de Cruz e Sousa para a cultura

brasileira". Durante a reunião, o escritor Gerardo Mello Mourão foi escolhido para relatar as 38 monografias incluídas na categoria Geral, enquanto os 19 trabalhos da categoria Estudante serão relatados pelo vice-presidente do Conselho de Cultura de Santa Catarina, Iapomam Soares. Ambos são membros do conselho do prêmio.

Em cada uma das categorias, Estudante e Geral, será escolhido ape-

nas um trabalho para contemplação com prêmio em dinheiro. As monografias classificadas do 2º ao 5º lugares receberão menção honrosa. Dia 16 de junho, quando serão apresentados os relatórios, o conselho escolherá a data, até o final do mês de junho, em que o Prêmio Cruz e Sousa e as menções honrosas serão entregues em sessão do Congresso Nacional.



Conselho do Prêmio Cruz e Sousa aceitou 57 das 65 monografias enviadas

## Cabral sugere concurso literário nacional

Com o objetivo de incentivar a literatura no Brasil, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs ontem a realização anual de um concurso literário, em nível nacional, para premiar os novos escritores, garantindo a publicação de sua obra e a distribuição para a rede de bibliotecas oficiais de todo o país.

– Para assegurar a credibilidade do concurso, será necessário escolher um corpo de jurados mata-



Cabral: incentivo

cável, tanto do ponto de vista intelectual quanto moral, porque os tempos modernos não convivem bem com panelinhas e igrejinhas – disse Cabral, referindo-se ao corporativismo que às vezes acomete um setor no Brasil, contaminando algumas das melhores idéias, como foi o caso do Instituto Nacional do Livro, extinto sob acusações de apadrinhamento e compadrio.

Além do concurso para jovens

talentos, Cabral propôs uma parceria do governo com as editoras privadas para reeditar obras clássicas dos maiores escritores brasileiros, hoje confinados às bibliotecas. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou as propostas de Cabral, afirmando que no Rio Grande do Sul a literatura ocupa mais espaço do que no resto do país justamente pela ação do Instituto Estadual do Livro. "O Senado também poderia convocar o ministro da Cultura, Francisco Weffort, para ouvir suas propostas", sugeriu.

## Curtas brasileiras exibidas no Senado

Foi realizada na noite de ontem, no Auditório Petrônio Portella, a mostra de filmes brasileiros em curta metragem, organizada pela Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal, com a apresentação de vários trabalhos premiados no Brasil e no exterior.

Integraram a mostra, entre outros curtas, *Depois do Escuro*, exibido

no Festival de Cinema de Cuba, do diretor Dirceu Lustosa. O diretor considerou importante o evento ocorrido no Senado, por ser uma oportunidade para os filmes em curta metragem, que não encontram muito espaço no circuito nacional, e para que o público conheça o que se realiza em cinema em Brasília.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre o programa de incentivo ao primeiro emprego
- 8h - "Agenda Econômica" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre o Proálcool
- 9h30 - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre o programa de incentivo ao primeiro emprego
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça - sabatina de Carlos Alberto Reis de Paula e Gelson de Azevedo, indicados para ministros do Tribunal Superior do Trabalho
- 13h15 - "Agenda Econômica" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre o Proálcool
- 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta que trata da imunidade parlamentar
- Logo após - Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do

- projeto de lei que cria as comissões intersindicais de conciliação (pré-gravada)
- 19h30 - "Agenda Econômica" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre o Proálcool
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate - entrevista com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fundação Pedroso Horta
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala, Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

**Obs.:** Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

### RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



Comissão acolheu o parecer favorável à proposta

*Projeto de lei cria 750 cargos com gratificação específica pela atividade e lotação no Ministério da Marinha*

## CRE aprova instituição da carreira de tecnologia militar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto de lei que institui a carreira de tecnologia militar no âmbito das Forças Armadas, definindo os cargos e as gratificações pelo desempenho da função. Pela proposta, são criados 750 cargos na nova carreira, com lotação no Ministério da Marinha.

Além do vencimento, os ocupantes desses cargos receberão

gratificação específica pela atividade de tecnologia militar. O projeto estabelece os critérios para cálculo da gratificação, à qual somente terá direito os servidores que cumprirem jornada semanal de 40 horas.

A proposta, se aprovada em plenário, beneficiará os engenheiros da Marinha, admitidos como técnicos de nível superior, que serão enquadrados na carreira de tecnologia militar. O relator da

materia na CRE, senador Romeu Tuma (PFL-SP), destacou as características especiais que se exigem desses servidores e a necessidade de se reconhecer a importância de suas atividades.

— Neste momento histórico em que a segurança e o desenvolvimento de um país se articulam com a sua capacidade tecnológica, a criação de carreira de tecnologia militar só pode ser apoiada e aplaudida — observou.

## Antonio Carlos agendará encontro de Maia com FHC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que, a pedido do candidato do PFL ao governo do Rio, César Maia, vai agendar uma audiência dele com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual deverão ser colocadas, inclusive, as críticas do ex-prefeito ao comando da campanha de reeleição.

— O problema não é fazer ou não fazer críticas, mas talvez elas não tenham sido feitas da maneira adequada, que seria procurar o presidente para dizer-lhe o que pensa — afirmou.

Reportando-se à audiência que concedeu a Maia segunda-feira, Antonio Carlos garantiu: "Quando conversei comigo, ele não criticou nada; disse que 90% do seu eleitorado é comum com o de Fernando Henrique".

Ainda segundo o relato do senador, César Maia dispôs-se a colaborar "intensamente" com o presidente, e pediu a Antonio Carlos que marcesse a audiência.



Suplicy, que teve o terno rasgado, recebeu presente do presidente do Senado

## Suplicy agradece corte de tecido presenteado por ACM

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o corte de tecido com que este lhe presenteou. Suplicy teve a calça de seu terno danificada na última quarta-feira (dia 20) por um cachorro da Polícia Militar, quando tentava ingressar no Congresso Nacional.

Para Suplicy, a atitude de Antonio Carlos ao enviar-lhe o presente foi em defesa do Senado. "Vossa Excelência defende assim o Senado Federal, porque

defende um de seus integrantes", afirmou, acrescentando que o gesto do presidente da Casa significa, também, "um reconhecimento de que houve uma impropriedade de procedimento" por parte do policial militar que estava na tutela do cão. O senador disse que o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, do seu partido, determinou que os responsáveis pelo esquema de segurança em torno do Congresso Nacional naquele dia fossem a seu gabinete conversar.

## Santa Catarina e Mato Grosso vão reestruturar dívidas

O estado de Santa Catarina foi autorizado ontem, pelo plenário do Senado, a transferir para a Caixa Econômica Federal (CEF) dívidas de R\$ 107 milhões junto a vários bancos, com o aval da União, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Outras três resoluções aprovadas pelo senadores em plená-

rio também beneficiaram Mato Grosso, dentro do mesmo programa de equilíbrio financeiro. O estado irá transferir para a CEF dívidas feitas em vários bancos, no valor de R\$ 286 milhões e, ao mesmo tempo, foi autorizado a refinar dívidas previstas em protocolo já firmado com a União, ainda dentro do Programa de Ajuste Fiscal.

## Patrocínio elogia projeto social do Tocantins

O projeto Pioneiro Mirim, criado em 1989 pelo governo do estado de Tocantins para atender crianças e adolescentes integrantes de famílias de baixa renda, foi elogiado ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). O projeto, segundo o senador, partiu da necessidade de promoção da cidadania, da democracia e da inclusão desses jovens na comunidade, por já se encontrarem em situação de risco pessoal e social.

— De início, atenderam-se 5 mil menores em 15 municípios. Atualmente, o projeto abrange a todos os 139 municípios tocaninenses, proporcionando a 30 mil jovens atividades que contam com o apoio de pedagogos, militares, assistentes sociais, agentes de saúde e agrônomos, entre outros técnicos — explicou o senador.

Carlos Patrocínio informou que os pré-requisitos indispensáveis para o ingresso do jovem no Pioneiro Mirim são ter idade entre 7 e 14 anos, que a família tenha renda mensal menor que dois salários mínimos (uma exigência da Lei Orgânica da Assistência Social), e que a criança ou adolescente frequente regularmente uma escola pública em horário diferente das atividades do projeto.

Como estímulo, continuou o senador, cada menor recebe mensalmente uma bolsa de complementariedade, além da refeição diária, enquanto a respectiva família recebe uma ces-

ta básica mensal. Cada núcleo, esclareceu, tem dois orientadores principais, o inspetor pedagógico e o instrutor militar, responsáveis pelo acompanhamento escolar dos participantes, juntamente com os pais, além das atividades pedagógicas e administrativas que de-



Patrocínio: promoção da cidadania

envolvem. "Entretanto, a experiência do Tocantins é muito mais ambiciosa. Oferece também atividades extracurriculares que atendam às aspirações dos alunos, contribuindo para sua sociabilidade e desenvolvam a criatividade", explicou Patrocínio.

O senador afirmou, ainda, que o Tocantins tem sido "penalizado pela omissão do governo federal quanto aos repasses constitucionalmente previstos quando de sua criação". Além disso, Patrocínio também lembrou que o estado, por ser jovem, não dispõe dos equipamentos e instalações necessários a um projeto dessa envergadura.